

Greve

Toda a verba das universidades públicas do Estado de São Paulo (USP, UNESP, UNICAMP) corresponde a uma porcentagem da arrecadação do ICMS (Imposto sobre circulação de mercadorias e prestação de serviços).

Entre as reivindicações da greve do ano passado figuravam pontos como o pedido pelo aumento de 9,57% para 10,6% da porcentagem do ICMS que vem para as universidades, o aumento dos repasses totais para a Educação (de 30% para 31%), algumas mudanças no recebimento de vales-refeições, e aumento dos salários, tentando começar um início de recomposição do poder aquisitivo dos funcionários e professores desde 2001. Na ocasião, os estudantes decidiram em assembléia geral que apoiariam a greve, colocando pautas estudantis nas reivindicações, produzindo assim uma pauta única. A exemplo do que ocorre na atual greve, incluíram-se pontos ligados à assistência estudantil.

No entanto, a real participação dos estudantes da FAU esteve aquém das expectativas.

Este ano, após as paralisações destes últimos meses e aos atos do Fórum das Seis na Assembléia Legislativa, o governador Geraldo Alckmin sofreu sua primeira derrota na votação da LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias). O repasse para as estaduais foi aumentado para 10%, o repasse total para a educação foi aumentado de 30% para 31%, e foi assegurada uma porcentagem mínima para as FATEC's e Centro Paula Souza (1%). Embora pequeno, este aumento de porcentagem pras estaduais significa cerca de 250 milhões de reais, o que representa 25 vezes o orçamento total de nossa faculdade. O governador vetou essa proposta de LDO no último dia possível para isso. É em resposta a esse veto, para fazer uma atuação consistente na Assembléia (que pode ou não acatar esse veto), que esta greve está baseada.

Foram feitas assembléias gerais dos estudantes da USP (a última inclusive na FAU) que deliberaram pelo apoio a greve, deixando a critério dos CA's decisões sobre como deve ser esse apoio. A partir das decisões desta assembléia e da mobilização de estudantes da FAU, o GFAU marcou uma ASSEMBLÉIA GERAL, entre estudantes, funcionários e professores, para segunda-feira, dia 26 de agosto, às 12h30, no Caramelo. O objetivo é informar os acontecidos, e discutir posições e formas de se lidar com o assunto.

Outras informações relevantes:

Embora a verba total da USP e da FAU tenha subido nos últimos 10 anos, pois são repasses proporcionais diretos do ICMS, que teve um aumento real de arrecadação de 63% também nos últimos 10 anos, os salários em geral diminuíram em termos de poder aquisitivo real; isso se deve ao fato de que, com a Estatuinte de 1989, que regulamentou a autonomia universitária, ficou definido que essa autonomia é financeira: a USP arca com sua própria previdência, que é integral.

Desde 1980, o que aconteceu foi que o número de aposentados cresceu constantemente, consumindo grande parte da verba da USP. Ano passado, o comprometimento das estaduais com folha de pagamento ficou acima de 95% por conta disso. Por isso, os investimentos em educação são inevitavelmente cada vez mais escassos, além do número de professores ter diminuído, do número de alunos ter aumentado, e do salário dos professores ter perdido muito de seu poder de compra. Em 1996, a verba gasta com inativos na FAU correspondia a 4,8% da verba com ativos; hoje, corresponde a 44,6%. A FAU possuía, em 1980, 146 professores. Hoje, tem 128. O número de alunos de graduação, em 1988, era de 929. Hoje, é de 1069. Os alunos de pós-graduação, em 1988, eram 636. Hoje, são 1125. Além disso, existe a questão da USP Zona Leste e a expansão da UNESP em Limeira, que embora façam um importante aumento quantitativo do número de vagas, não garantem o sustento das mesmas. Explica-se: a construção dos novos campus se deu com verba extra-orçamentária, ou seja, a qualquer momento, ela pode ser cortada, e nesse caso, o funcionamento das milhares de novas vagas e de campus todos novos saem do já pequeno bolo atual de repasse. É com base em tudo isso que a greve está paramentada: ela quer um aumento de verbas na fonte, que é o atual gargalo. O aumento é possível devido a duas razões; a primeira delas é que o governo faz uma previsão do quanto irá arrecadar no próximo ano, e sempre subestima sua arrecadação. A verba que sobra da verba real adquirida é usada a puro critério do executivo estadual. A segunda razão é a quantidade grande de sonegação fiscal que há na arrecadação de ICMS, que é da ordem de muitas vezes o aumento de repasse reivindicado, e cujo combate não é forte.

A greve atual se configura na realidade muito mais como uma paralisação, pois tem um prazo final para acabar (o prazo final para votação na Assembléia, que é de um mês após o veto realizado no dia 04 de agosto), e tem um foco muito bem definido, embora nada pequeno - fazer com que a Assembléia mantenha sua própria proposta. Esse veto já foi analisado como negativo pela comissão de orçamento da Assembléia, e são necessários somente mais 5 deputados além dos que votaram inicialmente pela proposta, ou seja, é perfeitamente factível que o

veto seja derrubado. Neste ano, a reitoria assumiu publicamente que defende o aumento de verbas. Para os alunos, muitos dos quais estão desencantados pela forma como ocorreu a última greve, resta ponderar sobre esses fatos, e tomar a decisão de apoiar ou não a greve, e independentemente disso decidir como irá atuar frente a essa realidade. Esta gestão do GFAU se propõe a fundamentar e amparar as discussões e ações deste momento de greve, e deve atuar na organização dos estudantes e na difusão de informações, já que nada foi discutido ou publicado sobre isso anteriormente, e muitos estão desinformados e afoitos por saber o que está acontecendo.

Da participação pouco mobilizadora e mal-organizada dos estudantes na greve do ano passado (entre a qual ganharam destaque a ocupação da Assembléia Legislativa e da reitoria da UNESP), houve alguns ganhos. O CRUESP (conselho de reitores e sindicatos) passou a ter a participação de estudantes; foi criada uma comissão de discussão sobre Assistência Estudantil, que irá por fim se tornar uma Pró-Reitoria de Assistência, uma reivindicação antiga dos estudantes; por fim, a idéia de pauta conjunta entre professores, alunos e funcionários foi conseguida, pois os professores e funcionários continuaram defendendo as reivindicações estudantis feitas pelo Diretório Central dos Estudantes.

AVISO: vai haver um ato na Assembléia Legislativa na terça-feira dia 30, para pressionar os deputados a derrubarem o veto. Independentemente de qualquer decisão dos alunos a respeito da greve como forma de reivindicação, é uma maneira de manifestar o apoio ao aumento das verbas para a educação.